



JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

A Justiça Federal da 4ª Região, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, processo nº 5007436-81.2026.4.04.7107, distribuído para o Juízo Federal da 3ª VF de Caxias do Sul e no qual figuram, como AUTOR, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - CNPJ: 26.989.715/0050-90 (representado(a) por CELSO ANTONIO TRES) e, como RÉU, AMADEU DE ALMEIDA BOEIRA - CPF: 337.225.100-82 (representado(a) por CARLOS MAXIMO GOLIN PAIM FILHO - OAB: RS062674), SILVANDRO PORTO DA FONSECA - CPF: 906.679.560-34, constam os seguintes eventos: em 28/05/2026 12:17:57, Distribuído por sorteio (RSCAX03F); em 10/06/2026 15:42:18, Conclusos para decisão/despacho; em 10/06/2026 17:29:11, Determinada a citação; em 24/06/2026 17:51:15, Expedição de Carta de Ordem/Precatória/Rogatória; em 26/06/2026 19:13:52, Confirmada a comunicação eletrônica; em 26/06/2026 19:15:43, Juntado(a); em 26/06/2026 19:16:26, Expedida/certificada a intimação eletrônica Refer. ao Evento 3, ao Evento 4 e ao Evento 6 (AUTOR - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL) Prazo: 15 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 01/07/2026 00:00:00 Data final: 21/07/2026 23:59:59 Domicílio Judicial Eletrônico: Enviado em 26/06/2026 19:29:54; em 30/06/2026 18:47:39, Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 7; em 30/06/2026 18:48:34, CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO - Refer. ao Evento: 7; em 01/07/2026 10:23:06, Processo Suspenso ou Sobrestado por decisão judicial - Diligência (Deprecada/ Rogada/ Solicitada a outro Juízo); em 24/07/2026 17:29:05, PROCURAÇÃO - AMADEU DE ALMEIDA BOEIRA (RS062674 - CARLOS MAXIMO GOLIN PAIM FILHO). Certifica, ainda, que os assuntos cadastrados no mencionado processo são: Dano ao Erário, Improbidade Administrativa, Atos Administrativos, DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO e Violação dos Princípios Administrativos, Improbidade Administrativa, Atos Administrativos, DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. Certifica, por fim, que o valor da causa é de R\$ 80.000,00.

Certidão gerada via internet.

Esta certidão pode ser validada no site <https://www.trf4.jus.br> (INFORMAÇÕES E SERVIÇOS / Certidões e documentos => VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE => CERTIDÕES NARRATÓRIAS)

Com os seguintes dados:

Número do processo: 50074368120264047107

Número da Certidão: 122372

Código de Segurança: 939b8f74

Data de geração: 24/07/2026 17:29:13

